



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE  
CONSELHO DE RECURSOS HÍDRICOS**

**ATA DA 6ª REUNIÃO DO CRH**

1 A 6ª reunião do Conselho de Recursos Hídricos teve lugar na Sala de Reuniões do  
2 Gabinete da Secretaria de Meio Ambiente, à rua Carlos Chagas, 55, 9º andar às 14:30  
3 horas do dia 3 de abril de 2001. Compareceram os seguintes integrantes: Cláudio  
4 Langone, Presidente; Edson Silva, Vice-presidente; Rudinei de Souza, da Secretaria dos  
5 Transportes; Mário Wrege, da Secretaria da Ciência e Tecnologia; Salzano Barreto, da  
6 Secretaria da Saúde; Flávio Piccinini, da Secretaria de Obras e Saneamento, Paulo  
7 Roberto Lucho, da Secretaria da Coordenação e Planejamento; Gerson Silveira, da  
8 Secretaria de Energia, Minas e Comunicação; João Érico Goss, da Secretaria de  
9 Desenvolvimento e Assuntos Internacionais; Luiz Antônio Grassi, coordenador do Fórum  
10 Gaúcho de Comitês; Paulo Paim, presidente do Comitê Sinos; Júlio Kettelhut, Diretor de  
11 Implementação da Secretaria de Recursos Hídricos do Ministério do Meio Ambiente;  
12 Waldemar Guimarães, Superintendente de Informações Hídricas da Agência Nacional de  
13 Águas, Volney Zanardi Jr., diretor do Departamento de Recursos Hídricos e Nilvo Alves  
14 da Silva, presidente da FEPAM. A reunião foi aberta com uma explanação do presidente  
15 sobre o desafio que o Conselho terá na sustentação do Sistema Estadual de Recursos  
16 Hídricos, para vencer uma pauta que estará necessariamente articulada com a política  
17 estadual de saneamento, e para tanto, a vice-presidência da Secretaria de Obras e  
18 Saneamento assume igual grau de responsabilidade. A partir do cenário proposto deverá  
19 ser definida no Conselho uma agenda mínima de consenso. O fortalecimento das  
20 representações do Estado nos comitês e o levantamento das interfaces com as prioridades  
21 das diversas áreas fazem parte desta pauta. O vice-presidente lembra que se trata da  
22 primeira reunião após a transição, consumando o processo definido por decisão do  
23 governo. Agora deverá ser buscado um trabalho absolutamente integrado entre órgãos de  
24 governo, comitês de bacias e todas as instâncias que tiverem interface com o sistema.  
25 Neste contexto, a SOPS tem interesse de assumir responsabilidades compartilhadas. O  
26 primeiro ponto tem início com a explanação de Volney sobre o estágio atual do sistema e  
27 a pauta para os próximos dois anos, a partir da transferência do Fundo de Recursos  
28 Hídricos para a SEMA. Lembra que o sistema hoje apresenta 12 bacias com comitês, oito  
29 com comissões provisórias e três bacias transfronteiriças, totalizando 23 bacias em três  
30 regiões hidrográficas. As ações previstas estão relacionadas aos atores institucionais – 1.  
31 Estruturação do Departamento de Recursos Hídricos; 2. Reformulação e ativação do  
32 Conselho Estadual de Recursos Hídricos; 3. Reestruturação e dinamização da gestão do  
33 Fundo Estadual de Recursos Hídricos; 4. Criação dos Comitês de Bacia Hidrográfica e  
34 capacitação dos seus integrantes; e 5. Estudo da concepção e criação das Agências de  
35 Região Hidrográfica. As ações relacionadas aos instrumentos de gestão estarão dentro dos  
36 seguintes objetivos: 1. Implantação da outorga de uso das águas nas bacias em que se

37 verifiquem conflitos de uso; 2. Elaboração do Plano Estadual de Recursos Hídricos; 3.  
38 Elaboração dos Planos de Bacias Hidrográficas; 4. Estudo de viabilidade e simulação da  
39 tarifação de uso das águas. Deverá haver a interlocução do Sistema de Recursos Hídricos  
40 com o Sistema Estadual de Proteção Ambiental, assim como com a estruturação do  
41 Sistema Estadual de Saneamento. Questionado sobre como serão tratados os casos de  
42 aprovação das hidrelétricas no Taquari-Antas e no Uruguai, o presidente explica que uma  
43 parte é definida no licenciamento ambiental e outra no diagnóstico por bacia. As  
44 propostas serão discutidas no CONSEMA e no CRH deverão ser apresentados os cenários  
45 e as formas de gestão, pois a definição da metodologia para o tratamento destas questões  
46 está incluída nos assuntos que o CRH deverá regulamentar. O caso da bacia do Quaraí  
47 também foi levantado, por se tratar de uma questão nova, que implica em uma cadeia de  
48 comando a ser articulada. A coordenação do Ministério de Relações Exteriores tem  
49 decidido em cima do tratado internacional existente por não estar sendo possível a  
50 aplicação da lei brasileira. O comitê local que foi proposto para agregar os interesses da  
51 região não chegou a se estabelecer. Pode ser constituído um trabalho indicativo para  
52 outros casos, e o Quaraí apresenta condições para isto. O presidente do Comitê Sinos  
53 levanta a questão da representação do Estado nos comitês. Diz que há presenças  
54 importantes como a da Secretaria da Saúde e ausências como a da Secretaria de  
55 Educação. Isto tem criado dificuldades para a integração o trabalho dos comitês com o  
56 Estado, e reforça a visão de que são “eles”, fora do Estado, principalmente porque no Rio  
57 Grande do Sul a maioria dos participantes não é do governo. Volney lembra que os  
58 comitês são instrumentos do Estado, mas não são governo. O governo não pode  
59 coordenar, apesar de representar 20% do comitê. É necessário capacitar os representantes  
60 estaduais e distinguir o que deve ser definido nos comitês e o que é papel do Conselho. O  
61 coordenador do fórum dos comitês coloca que, para os comitês, os nove pontos  
62 apresentados representam uma pauta de trabalho e que deve haver uma participação dos  
63 órgãos estaduais capacitada e com poder de representação, para que os assuntos sejam  
64 levados para dentro das secretarias. A manutenção física e operacional dos comitês  
65 também precisa da sustentação do governo. É necessário pensar formas mais sólidas de  
66 apoio enquanto as agências de bacias não são montadas. O presidente inicia o segundo  
67 ponto dizendo que deverá se definir um planejamento de pautas para o próximo ano. Em  
68 trinta dias deverá ocorrer a próxima reunião, para o planejamento. O aumento da  
69 representação dos comitês e a revisão da proposta original do regimento interno são  
70 prioritários. Deverá ser pensada também a dinâmica de sustentação técnica do Conselho,  
71 com uma proposta de câmaras técnicas baseada no sistema federal, como suporte à  
72 decisão para os casos mais importantes. As mesmas serão articuladas com a Câmara de  
73 Gestão das Águas do CONSEMA, para que se possa fazer um planejamento comum. A  
74 partir da proposta de passar a representação dos comitês de três para sete, sendo duas por  
75 região hidrográfica e uma de bacia transfronteiriça, o coordenador do fórum dos comitês  
76 sugere que, sendo garantida uma representação por região hidrográfica, as outras três  
77 poderiam ficar a critério do fórum de comitês, já que o número de comitês por região é  
78 diferenciado. A idéia é aceita pelos presentes e a proposta de projeto de lei alterando a  
79 composição do Conselho no número de membros de 15 para 19, com 10 representantes  
80 do governo estadual (SEMA, SOPS, SCP, SCT, SAA, SES, ST, SEDAI, SEMC e Casa

81 Civil), dois do governo federal (Sistema Nacional de Meio Ambiente e Sistema Nacional  
82 de Recursos Hídricos) e sete dos comitês (um por região hidrográfica, um de bacia  
83 transfronteiriça e mais três) é aprovada. Para a revisão do Regimento Interno, são  
84 indicados Volney e Paim, que deverão apresentar a proposta para a próxima reunião, com  
85 um formato enxuto, não reproduzindo os regimentos dos comitês. Quanto às câmaras  
86 técnicas, deverá ser amadurecido um modelo nas próximas discussões, tendo em vista ser  
87 imprescindível ao Conselho uma estrutura de apoio para suas decisões. A próxima  
88 reunião terá como pauta o planejamento das atividades do Conselho e a apreciação da  
89 proposta do Regimento Interno. O Diretor do Programa de Implementação da Secretaria  
90 de Recursos Hídricos do Ministério do Meio Ambiente, Júlio Thadeu Kettelhut, inicia sua  
91 fala fazendo uma saudação em nome do Ministro José Sarney Filho e do Secretário  
92 Raymundo José Garrido. Explica que com a criação da ANA em janeiro, a Secretaria  
93 ficou responsável pela política nos níveis nacional (apoio aos sistemas estaduais) e  
94 internacional (Aquífero Guarani, desertificação), enquanto que a ANA passa a se  
95 encarregar da implantação da política. Hoje a Secretaria representa 15% do orçamento da  
96 ANA. Sua função mais visível se relaciona à Secretaria Executiva do Conselho Nacional  
97 de Recursos Hídricos. Em dois anos foram propostas sete câmaras técnicas, que  
98 antecipam para o Conselho a discussão dos problemas contando com 90 pessoas com alta  
99 representatividade. O Conselho possui representantes das cinco regiões geográficas e de  
100 diversos setores, que às vezes não conseguem se fazer representar, motivo pelo qual  
101 aprovou o aumento do número de seus representantes. Espera-se que a partir da  
102 instauração da cobrança a articulação dos setores seja maior. Resoluções como a das  
103 águas subterrâneas e a das regras para a formação dos comitês de bacia são exemplos da  
104 atuação do Conselho para a integração do sistema nacional. O representante da ANA,  
105 Waldemar Guimarães, Superintendente de Informações Hidrológicas, diz que o interesse  
106 da agência é estreitar a relação com os Estados, reforçando a atuação nas bacias e junto  
107 aos comitês, em assuntos como diagnósticos de bacia, planos diretores, poluição, áreas de  
108 recarga de aquíferos, intervenções específicas. No Rio Grande do Sul, há um trabalho na  
109 área de energia elétrica, e também na área de informação na Universidade de Santa Maria.  
110 Para a Regionalização Hidrológica a ANA conta com 17 universidades trabalhando em  
111 informação. Modelagem matemática, parâmetros para calibração, rede pisométrica (lençol  
112 freático), qualidade da água dos efluentes de retorno da irrigação são assuntos em que não  
113 há quase informações e que o Estado pode avançar envolvendo seus laboratórios. As  
114 redes montadas no antigo DNAE não chegaram a ser complementadas pelos Estados, com  
115 exceção de São Paulo, Paraná e no Nordeste através da SUDENE. A ANA poderia  
116 repassar seu banco de dados sobre o RS. No site há dados na Rede de Informações  
117 Hidrológicas e no Banco de Informações, que podem ser compartilhados aqui através da  
118 instalação de sistema compatível. O IPH e a UFSM estão integrados neste sistema. Da  
119 mesma forma, poderão ser disponibilizados também os documentos que os membros do  
120 CRH necessitarem. Após o esclarecimento de dúvidas sobre o assunto, a reunião foi  
121 encerrada com a perspectiva de nova reunião em aproximadamente dois meses, visando a  
122 elaboração de uma pauta de trabalho até o final da gestão. e por nada mais constar, eu,  
123 Virginia Olga Koeche Müzell, secretária executiva do CRH, lavrei esta ata.